



Anais da Assembléia

Nº 001

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM

15 DE FEVEREIRO DE 1990

ANO XVI

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 1990

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

As quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Ostenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert, presentes ainda, inúmeras autoridades civis e militares.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta e instalada a Sessão Solene de Instalação da 4.ª Sessão Legislativa da 11.ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Designo Comissão composta por Suas Exas. os Senhores Deputados, Erondy Silvério, Algaci Túlio, Gernote Kirinus, Luciano Pizzatto, José Rogério de Carvalho, David Cheriegate, Artagão Mattos Leão, Hermas Brandão, para, em Comissão, introduzirem as autoridades que compareceram a esta Sessão.

Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa com as se-

guintes autoridades:

Na Presidência da Assembléia, Deputado Anibal Khury; o Exmo. Senhor Governador do Estado Álvaro Dias; o Senhor Desembargador Abrahão Miguel - Presidente do Tribunal de Justiça; o Senhor Vice-Governador Dr. Ary Queiroz; Senhor Jayme Lerner - Prefeito de Curitiba; Conselheiro João Cândido da Cunha Pereira - Presidente do Tribunal de Contas; Deputado Tadeu Lúcio Machado - 1.º Secretário e Deputado Werner Wanderer - 2.º Secretário da Assembléia Legislativa.

Tem, a presente Sessão Solene de Instalação dos Trabalhos da 4.ª Sessão Legislativa da 11.ª Legislatura, a finalidade de, em atendimento ao disposto pelo inciso 10, do artigo 87 da Constituição do Estado, possibilitar a S.Exa. o Senhor Governador, a leitura de Mensagem através da qual, dará contas de sua administração, expondo a situação do Estado.

Convido os presentes a ouvirem a execução do Hino Nacional Brasileiro, através da Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

(É executado o Hino Nacional).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cumprindo dispositivo da nova ordem constitucional, em seu artigo 61, à Assembléia Legislativa antecipa para a data de hoje a instalação da Sessão Legislativa Ordinária de 1990.

É uma oportunidade feliz em que nos reunimos para ouvir do Senhor Governador a mensagem sobre a situação geral do Estado e a recomendação de medidas que, ao ver de Sua Excelência, se fazem necessárias para manter a marcha regular dos assuntos públicos.

Como é oportuno, ainda, nos reunimos com todos os Senhores membros desta Casa, na avaliação conjunta dos fatos que aconteceram desde a sessão legislativa anterior; bem assim para as propostas que, no exercício do mandato, cada Parlamentar traz à realização do bem geral dos paranaenses.

Neste ano, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tem, além dos encargos normais, a tarefa de votar o corpo de leis complementares à Constituição, para regular em grau definitivo, importantes relações jurídicas decorrentes da autonomia do Paraná como Estado federado. Para o cumprimento desta missão, os legisladores estão prontos ao trabalho, seja na Comissão Especial criada e nas Comissões Técnicas, através das quais se aprofunda o exame das questões públicas, antes de sua apreciação

pelo Plenário.

Esta tarefa legislativa de grau especial, se reveste de maior importância quando o Brasil se prepara para receber um novo Governo da República, eleito soberanamente pelo povo num coroamento pacífico da longa evolução para a plena normalização institucional do País. Ao novo Governo cabem amplos e importantes desafios, dos quais, o principal é reverter a conjuntura desfavorável a que chegou a Nação.

Mas a legitimidade consagradora das urnas conta a seu favor, tanto quanto as esperanças que desperta nos brasileiros, de implantar novas relações sociais que consolidem a inserção do País na modernidade do mundo de nosso tempo.

O Paraná, Estado que foi construído sob o signo do trabalho e da dedicação de seus filhos, por certo se beneficiará de um projeto nacional que valorize as virtudes da dedicação e do esforço conjuntos.

Neste ano, os paranaenses também serão chamados a decidir, pelo voto, a seleção dos novos líderes estaduais e da nova representação federativa. A ocasião permitirá a afirmação da Democracia que entre nós é cultivada na inteireza dos seus princípios de pública prestação de contas dos atos dos governantes, de separação e harmonia entre os poderes constituídos, de temporariedade dos mandatos, enfim, da completa soberania do eleitor.

É com satisfação, portanto, que declaro instalados os trabalhos da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura. Que nos unamos, em presença física e em espírito, na inovação de um futuro melhor para o povo do Paraná!

Concedo a palavra a S.Exa., o Senhor Governador do Estado para a leitura da Mensagem.

O SR. ÁLVARO DIAS - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Autoridades presentes, Senhoras, Senhores: (Lê).

A década de 80, que estamos encerrando, vem sendo considerada, por muitos, como década perdida para o Brasil, registrando significativos atrasos na área social e econômica.

O País enfrenta uma situação de miséria que o assemelha às nações mais pobres do Terceiro Mundo, com uma sensível piora do perfil da distribuição da riqueza. Esse quadro de injustiça social, o processo de aceleração inflacionária e a estagnação da renda "per capita", privam a população da perspectiva de condições mais dignas de vida e de trabalho, dificultando o entendimento nacional.

Podemos afirmar que, ao final desta década, o País se defronta com duas curvas descendentes - no desempenho econômico e na legitimidade do sistema político, cuja

Curitiba, quinta, em 15.02.90

crise foi causada pela incapacidade de superação da crise econômica - e uma curva vigorosamente ascendente, que é a das pressões e exigências da sociedade.

Esse panorama de crise repercutiu no Paraná, provocando a desaceleração da tendência de expansão e diversificação da economia iniciada nos anos 70. No entanto, embora acompanhando as grandes tendências nacionais, o Paraná não foi por elas atingido tão agudamente, graças à sua peculiar estrutura produtiva, com o predomínio da agropecuária e da agro-indústria. Tais características possibilitaram ao Estado uma relativa independência das flutuações conjunturais verificadas na economia nacional, estimulando os investimentos acima da média do País.

Dois exemplos são ilustrativos.

Durante a década de 80, o comportamento positivo da agropecuária e das indústrias químicas e de alimentos compensou, em parte, a recessão que atingiu o setor da construção civil.

Em 1989, enquanto a média nacional de crescimento econômico girou em torno de 3,5%, a economia paranaense registrou um crescimento de 4,4%, sustentado pelo setor agrícola e pelo desempenho de atividades industriais correlatas.

Isso não significa que o Paraná seja uma ilha de prosperidade, imune às dificuldades que afetaram a situação nacional, mas não se pode negar que, na década de 80, o Estado apresentou um desempenho positivamente diferenciado em relação ao restante do País.

Quando assumimos o Governo do Estado, em 1987, reconhecíamos a gravidade da crise econômico-financeira do País e a herança de dificuldades legada pelo passado recente. Também afirmávamos a necessidade da coragem e da ousadia para promover a mudança dos rumos desanimadores que seguíamos. Daí por que o Plano do Governo 1987/91 firmou a diretriz maior de realizar a proposta política de gerir o Estado de forma competente, aplicando os recursos públicos com eficiência, eficácia e probidade.

As políticas governamentais têm por objetivo precípuo, não apenas a resposta imediata às reivindicações da população, mas também a criação das infra-estruturas econômica, política e social necessárias ao Paraná do século XXI.

Daí o esforço permanente do nosso Governo em relação à modernização, expansão industrial e atração de novos investimentos. Estes, no biênio 87/88, chegaram a US\$ 2,5 bilhões, fazendo com que o Paraná ocupasse o primeiro lugar em crescimento industrial no País, em 1989.

Para que tais investimentos se tornassem possíveis, foi decisiva a ação gover-

namental, especialmente para propiciar as condições de credibilidade indispensáveis para atrair investidores.

As medidas saneadoras adotadas na administração fazendária e bancária e o incremento às ações de fomento foram preliminares da mais alta importância.

O "Banestado", em 1989, conseguiu um excelente resultado, assegurando o sétimo lugar no "ranking" nacional e o terceiro dentre os bancos comerciais estaduais. Com um lucro líquido de NCz\$ 371 milhões, pôde apresentar uma rentabilidade de 21,49% no exercício, colocando-se na média dos maiores bancos. Basta citar o exemplo do Banco do Brasil que alcançou 1,5% em relação ao seu patrimônio líquido. Seu patrimônio líquido chegou a NCz\$ 1,7 bilhão e o lucro se cifrou em NCz\$ 43,95 por lote de 1.000 ações. O "Banco Del Paraná", graças à filosofia implantada a partir de 1988, teve seu resultado líquido acrescido em 81%, numa inflação anual de 25%, em contraste com o seu envolvimento anterior em operações que ensejaram inclusive ação policial.

As ações de fomento, através do "BA-DEP", apresentaram excelentes resultados, atingindo um montante repassado às empresas de NCz\$ 1.517 milhões a preços de dezembro. De 87 a 89, a atuação do Banco propiciou a criação de cerca de 20 mil novos empregos e um acréscimo no ICM da ordem de US\$ 144 milhões. É preciso notar que, dos recursos alocados ao setor produtivo, 65,5% do volume contratado se localizaram no Interior do Estado, cumprindo a política de descentralização dos investimentos. E todos os resultados foram alcançados - é bom que se diga - apesar da inadimplência dos grandes devedores, como o Grupo Atalla e a CIC, levando o BADEP a ter de administrar dificuldades, agravadas com os eventos relacionados ao BRDE e motivados pela quebra do PRODUBAN, de Alagoas.

Em acréscimo, o Governo do Estado prosseguiu com os seus investimentos em infra-estrutura. Assim, mesmo numa década da paralisação dos investimentos públicos, o Paraná, apresentou condições favoráveis para que indústrias aqui viessem se estabelecer. Aqui, não poderíamos deixar de citar o caso exemplar da COPEL, que, apesar de todos os obstáculos e dos grandes sacrifícios impostos pela escassez de recursos, continuou a construção da grande obra do setor energético - a Usina Hidrelétrica de Segredo, determinante para o processo de industrialização do Paraná. Nesta obra, já investimos US\$ 264 milhões, sendo que US\$ 164 milhões em nossa gestão.

No decorrer de 89, investimos cerca de NCz\$ 453 milhões em programas de rodovias pavimentadas. De março de 87 a dezembro de

89, os investimentos somam cerca de US\$ 450 milhões, com a conclusão de 2.523 Km de pavimentação de rodovias, 1.705 Km de restauração e rejuvenescimento de pavimento, 14.064 Km de implantação de revestimento primário e 6.643 metros de obras-de-arte especiais. Além disto, empreendimentos de grande vulto, como as duplicações Londrina - Maringá, Ponta-Grossa, Pirai do Sul, BR 376 e a construção da ponte sobre o rio Paraná, em Porto Camargo - a segunda maior do País depois da Rio-Niterói -, irão contribuir para a consolidação da posição do Paraná no sistema nacional dos corredores de transporte e de exportação. O Porto de Paranaguá, em 89, exportou mais de 13 milhões de toneladas, tornando-se o primeiro do País em quantidade de grãos exportados e gerando uma receita de US\$ 3 bilhões.

É preciso assinalar que, diante da necessidade de conclusão do programa de rodovias contratado pelo Governo anterior, contando apenas com os recursos do Tesouro, nos vimos diante da contingência de contratar empréstimos da ordem de US\$ 165 milhões. A paralisação das obras causaria, ao Paraná, prejuízos incalculáveis, tanto pelo inaproveitamento das obras já realizadas, quanto pelas consequências de ordem social que dali adviriam.

Outro setor de fundamental importância em nosso Governo é o da agricultura.

O ano de 89 foi marcado pela consolidação dos investimentos na potencialidade do campo e na competência dos produtores. Atendendo a mais de 100 mil agricultores, desenvolvemos 1.150 microbacias e irrigamos cerca de 28 mil hectares apenas no ano de 1989. Os programas executados, concretizando o Plano de Agricultura e Abastecimento, garantiram à administração pública um ritmo de eficiência que possibilitou, não apenas a recuperação da produtividade de nossas principais culturas, como também a certeza do futuro da agropecuária.

Em 88/89, o valor bruto da produção agrícola do Paraná ficou em torno de US\$ 2,7 bilhões, com um acréscimo de 20% sobre a safra anterior.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Mensagem e os relatórios de cada Secretaria de Estado, que entregamos a esta Casa, em obediência ao preceito constitucional, servirão de base para a informação e a reflexão de Vossas Excelências.

Sem pretender analisar ponto por ponto os desafios enfrentados e vencidos em nossa administração, apenas selecionamos alguns dados para respaldar nossa afirmação inicial: o Paraná vem respondendo, com competência e trabalho, aos desafios impostos para o ingresso na década de 90.

Com respeito à administração estadual,

tivemos preocupação constante com o adequado aproveitamento dos nossos recursos materiais e humanos e com a modernização do serviço público. Melhoras significativas foram implantadas, valorizando o servidor, propiciando o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades. Entretanto, nem sempre fomos compreendidos, especialmente na firme disposição de adotar medidas de austeridade e de redução dos gastos públicos, exemplo da incompreensão está em alguns setores atingidos pelo redutor de salários.

As soluções populistas, sempre ilusórias, nunca representam medidas justas e efetivas para a solução da questão social. Cabe ao governante garantir a justiça na divisão dos sacrifícios necessários, pedindo realismo e disciplina nas legítimas reivindicações. Para que o Estado possa atender adequadamente às necessidades da população, conforme lhe compete, é necessário que a sua máquina administrativa funcione com eficácia e probidade, evitando um crescimento desmedido.

Assumimos o governo quando o Plano Cruzado, após breve euforia, já chegara ao fracasso conhecido, embora tenha mantido os salários congelados por um ano e tenha propiciado um crescimento da arrecadação do ICM em 27%, acima da inflação.

Antes do Plano Cruzado, como se sabe, os salários eram reajustados anualmente e, depois, semestralmente.

Com o seu fracasso, nós nos defrontamos, em março de 1987, com a retomada do processo inflacionário, a correlata corrosão dos salários e, por outro lado, com os reajustes mensais dos salários e com a estagnação e mesmo a queda real da arrecadação.

Apesar dessas dificuldades imensas, implantamos o 13º salário integral e honramos os avanços garantidos pela Constituição, como a implantação do terço de férias, das diversas isenções, e dos reajustes mensais dos salários das Fundações e o seu acréscimo pela produtividade. Ademais, em nossa gestão, cerca de 6.500 funcionários se aposentaram às expensas do Tesouro, o que, adicionado aos "desmontes" de estruturas federais, onerou enormemente o custeio mantido pelo Estado.

Na área da educação, decretamos a gratuidade do Ensino Superior; implantamos a FUNIOESTE, embrião da quarta Universidade Estadual; criamos o Quadro de Carreira para todas as instituições de ensino superior estaduais, eliminando distorções e proporcionando as garantias básicas para o aprimoramento da qualidade do ensino no Estado. Nunca um Governo investiu tanto em construções nesta área. Após mais de 20 anos de quase total paralisação, o Estado retomou os investimentos na ampliação dos

Curitiba, quinta, em 15.02.90

campus universitários - o campus de Ponta Grossa, por exemplo, teve sua área construída triplicada.

Por outro lado, imensas dificuldades tiveram de ser superadas, o que exigiu criatividade, austeridade e competência.

Vejam os exemplos da dívida fundada do Estado. No nosso período de governo, pagamos mais do que tomamos emprestado. Apesar de haveremos passado a pagar a dívida externa, vencida e vincenda, e de continuarmos a pagar as dívidas com os diversos organismos oficiais, não houve variação substancial do saldo devedor. A única variação deveu-se à incorporação de encargos e à flutuação das taxas cambiais da "cesta de moedas" - uma vez que nossa dívida se acha vinculada a seis diferentes moedas estrangeiras.

Note-se, por outro lado, que, apesar da aludida conjuntura de imensas dificuldades, o Governo deu prioridade ao servidor público, com sacrifícios e cortes de investimentos, atendendo ao imperativo de compatibilizar a melhoria progressiva da sua remuneração com a receita disponível, visto que os recursos são obviamente insuficientes, sobretudo na grave crise fiscal que afeta o Poder Público, no Brasil.

Exercendo a austeridade e aplicando os rígidos controles necessários, mantivemos estável o número de funcionários.

Cabe ressaltar, entretanto, que, com o reajuste salarial concedido em janeiro de 1990, a folha de pagamento aumentou 61,1% acima da inflação, relativamente a janeiro de 1989 (acrécimo de 2.995% contra a inflação de 1.765%). Em contrapartida, a arrecadação de ICM apresentou crescimento de 36,2%, o que nos levou a, para honrar os reajustes concedidos ao funcionalismo e pagar as folhas de janeiro e fevereiro do corrente, fazermos contratação de empréstimo em adiantamento de receita. Repetindo anos anteriores, quando o mesmo procedimento foi adotado.

Conseguimos assegurar investimentos e atender despesas de custeio com imensos sacrifícios, mas os riscos são ponderáveis por causa da vulnerável situação econômica do País. Cabe afirmar, com ênfase, que o Poder Público está ameaçado em sua própria existência, a continuar um processo inflacionário como o que estamos vivendo.

A instalação do novo Governo da República, decorrente de eleição direta e por maioria absoluta dos votos, representa a consolidação definitiva do processo de redemocratização do País e a oportunidade para que o povo e governo, unidos, possam superar as dificuldades presentes, retomar os caminhos do desenvolvimento e reverter o secular problema da injustiça social.

A Nação tem pressa e cobrará, certamente, os compromissos assumidos pelo Pre-

sidente eleito. Açoitada pela penúria econômica, num País onde as carências e as desigualdades são brutais, a maioria dos cidadãos exige de todos homens públicos que - pertençam ao Poder que pertençam - se modernizem, abandonando as velhas práticas e valorizando, por sua conduta ética, as instituições que encarnam e devem fazer funcionar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Nação quer trilhar os caminhos do desenvolvimento econômico com justiça social e com reduzida taxa de inflação, minimizando as perdas de poder aquisitivo dos salários e das aposentadorias e pensões.

É urgente recolocar o País no eixo da normalidade econômica, política e, sobretudo, social.

Para o atendimento dessas aspirações e para a realização desta tarefa de reconstrução, o Paraná dará sua contribuição com o que tem de melhor: sua capacidade de trabalho, sua competência e sua coragem.

A prestação de contas que fazemos a esta Casa tem o significado de compromisso que assumimos, perante o povo do Paraná, na tarefa de lançar as bases sólidas para um futuro melhor, mais digno e mais justo para todos os brasileiros. Esta é a intenção que nos guia e esta é, principalmente, a esperança que alimenta a nossa caminhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de dar por encerrada a presente Sessão esta Presidência quer expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das altas autoridades Cíveis, Militares e Eclesiásticas, Representantes do Corpo Consular, bem como, todos os demais presentes, que em aqui vindo, muito honraram, prestigiaram e dignificaram este Poder Legislativo.

Solicito à mesma Comissão anteriormente designada, para que, ao término da presente Sessão, acompanhe Suas Excelências, o Senhor Governador de Estado, Álvaro Dias; o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Abrahão Miguel; Vice-Governador Ary Queiroz; Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner e demais autoridades, durante suas permanências no recinto do Palácio Dezenove de Dezembro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 28/89.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 118/90, 230, 265, 285 e 295/89.

Levanta-se a sessão.